

REINTERPRETANDO A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO RIO GRANDE DO SUL, A PARTIR DE SUAS MEMÓRIAS

**Vanusa Zimmermann
Jorge Luiz da Cunha**

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise histórica, política e pedagógica da evolução da educação especial no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos. Tendo como referência o estudo de caso da escola especial Antônio Francisco Lisboa. Essa escola nasceu oficialmente em Santa Maria em 26 de junho de 1954. Teve na sua direção, coordenação e presidência a professora Haidée Cadeco Zorzan por um período de 40 anos. A instituição foi uma iniciativa particular de caráter filantrópico, que se destaca por ter sido uma das primeiras instituições de educação especial do Rio Grande do Sul e pioneira em Santa Maria.

Palavras Chave: Escola, História, Portadores de Necessidades Especiais

Introdução

Este trabalho se propõe a fazer uma reinterpretação da história institucional da Educação Especial, no Rio Grande do Sul, nos últimos 50 anos(1954-2002), tendo como referência um estudo de caso da escola especial Antônio Francisco Lisboa, hoje com 48 anos.

Contextualizando a trajetória da Educação Especial, a partir de suas memórias, percebemos que esta vai se desenvolver de acordo com crenças e valores estabelecidos pela sociedade em determinados momentos históricos.

A história da idéia de deficiência mental acompanha a evolução da conquista e formulação dos direitos humanos que se insere, por sua vez, na trajetória da filosofia humanística.(PESSOTTI, 1984, p.1)

Do período anterior à Idade Média, muito pouco se sabe ou se tem registros sobre a história da Educação Especial. Acreditava-se que pessoas portadoras de deficiências eram subhumanas, sem alma e, por isso eram eliminadas e/ou abandonadas. Com a difusão do Cristianismo, essas pessoas passaram a ter alma e, portanto, não foram mais eliminadas da sociedade. Então, dependendo da deficiência e dos familiares, estes poderiam sobreviver e crescer.

A opção intermediária é a segregação: não se pune nem se abandona o deficiente, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença.(PESSOTTI, 1984, p. 24)

Parafraseando o autor acima citado, as pessoas ou instituições que abrigavam deficientes, em troca de pequenos serviços, eram chamadas 'beneméritas'. Segundo Dicionário Aurélio, 'benemérito' é aquele que merece o bem, digno de honras ou de recompensas e aplausos por serviços importantes realizados. Esse termo, até hoje, é usado para caracterizar pessoas que colaboram com instituições filantrópicas de educação especial.

A institucionalização da educação especial surge no século XVIII, oferecendo as primeiras oportunidades educacionais a indivíduos portadores de deficiências. No século XIX, a educação especial se caracterizou por um trabalho educacional, mas ainda em internatos e hospitais psiquiátricos. No Rio Grande do Sul, só na metade do século XX é que surgem as primeiras escolas especiais. No final deste século é que a educação especial realmente conquista seu espaço a partir de princípios de integração e inclusão.

SITUANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO RIO GRANDE DO SUL, NOS ÚLTIMOS 50 ANOS

No Rio Grande do Sul, segundo autores abordados, encontramos as seguintes referências: BUENO cita a criação do Instituto Pestalozzi na área de Deficiência Mental em Canoas – 1923, o Instituto Santa Luzia na área de Deficiência Visual em Porto Alegre – 1941, além da escola Professor Alberto Duarte em Pelotas - 1949.(BUENO,1994, p.87). Já PITTA e DANESE(2000), na sua obra "Retratando a História da Educação Especial em Porto Alegre", situam o início da Educação Especial em Porto Alegre, em 1954, com a criação da Secretaria de Educação e Cultura – SEC, e do Serviço de Orientação e Educação Especial – SOEE, assegurado pela lei 2346, de 23 de janeiro de 1954. Ainda nessa obra as autoras afirmam que foi em 1955 a implantação da "primeira escola especial do Rio Grande do Sul – a Escola Especial Experimental, destinada ao atendimento dos portadores de deficiência mental."(PITTA e DANESE,2000, p. 30).

Outros dados coletados, através da metodologia de História Oral (THOMPSON, 1992), valorizando depoimentos e entrevistas, além dos documentos, nos mostram nesse período, o registro da Escola Especial Antônio Francisco Lisboa. Esta, foi fundada por Haidée Cadeco Zorzan em 26 de junho de 1954, em Santa Maria (interior do estado) e teve na sua direção, coordenação e presidência a fundadora por um período de 40 anos. Foi uma iniciativa particular de caráter filantrópico e se destaca por ter sido uma das primeiras instituições do Rio Grande do Sul e primeira em Santa Maria.

Nesse ínterim, Santa Maria significava, naquele momento, uma cidade com grandes possibilidades de desenvolvimento, pois era bem situada geograficamente no interior do estado, possuía projetos para a criação da Universidade Federal de Santa Maria, muitos quartéis e um fluxo interno de pessoas que transitavam em função da Viação Férrea. Por esses motivos, Santa Maria foi escolhida por Haidée Cadeco Zorzan para construir uma escola especial.

É relevante salientar que a primeira turma de alunos da escola era formada por alunos portadores de deficiências físicas, que naquele momento tinham dificuldades de integração e inclusão nas escolas regulares. Estes, na sua maioria, eram crianças em idade escolar vítimas de epidemias, como a Poliomielite, que causava Paralisia Infantil, deixando seqüelas físicas. A escola iniciou suas atividades com doze alunos e três professores, dois cedidos pela prefeitura e um particular. As condições físicas da escola eram precárias, pois os móveis eram emprestados e ela enfrentava muitas dificuldades.

A escola teve apoio da comunidade, da prefeitura municipal, do Rotary, do Lyons entre outros órgãos. Haidée Cadeco Zorzan divulgava seu trabalho através da mídia, usando rádios e jornais da época, e conseguiu em pouco tempo mobilizar a comunidade santa-mariense para a importância do seu projeto. O primeiro meio de transporte da escola foi adquirido através de doações da comunidade. A diretora era "chofer" dos alunos e recolhia os menores, que tinham dificuldades de locomoção, nas suas casas, num período em que Santa Maria não tinha ruas calçadas. Apesar de tantas dificuldades, a escola cresceu rapidamente.

Em 1955, a escola conseguiu, juntamente com a prefeitura, um terreno situado na Rua Domingos de Almeida, em Santa Maria, onde é o endereço atual da instituição. A primeira parte da escola levou três anos para ser construída e contava com cinco salas de aula. Nessa época, também recebeu verbas e professores do estado, por meio da Secretaria de Educação e Cultura, do Departamento Nacional da Criança e da Legião Brasileira de Assistência - LBA.

Percebemos, então, que a escola, desde o início de sua trajetória, enfrentou dificuldades e foi caracterizada por uma certa instabilidade de recursos, o que não permitia o seu desenvolvimento de acordo com a demanda. Mesmo assim, continuavam chegando novos alunos e a escola atendia sempre um número maior do que a sua estrutura permitia. No entanto, apesar de todos esses obstáculos, a escola especial Antônio Francisco Lisboa cresceu rapidamente. Assim, ela conquistou seu espaço e buscou caminhos a partir de 'idéias' e 'ideais' de Haidée Cadeco Zorzan, que buscava informações no Rio de Janeiro, Montevidéu-Uruguai entre outros lugares.

Do ponto de vista político e pedagógico, essa escola, durante toda sua história, adaptou-se às modalidades de atendimento da educação especial, participando de Campanhas, como por exemplo, a "Semana Nacional da Criança Excepcional". Esta, intitulada, em todo país, através do decreto nº 54.188 de 24 de agosto de 1964, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo esclarecer a opinião pública sobre o problema da educação e da assistência social ao deficiente. Esse aspecto foi relevante para a educação especial no Brasil, pois mobilizou a sociedade para uma reflexão sobre a educação e as necessidades do portador de necessidades especiais.

No Rio Grande do Sul, o sistema escolar desenvolveu-se dos anos 60 aos anos 90 dentro do modelo nacional de educação. Em Santa Maria, no início da década de 60, estruturava-se a primeira Universidade do interior do país.

A Universidade Federal de Santa Maria foi a pioneira na interiorização do Ensino Superior no Brasil, numa época em que apenas existiam Universidades nas capitais dos estados". (p.90) Ainda, (...) formando recursos humanos para a área de educação especial, a partir de 1962. (FREITAS, 1998, p.92)

Tendo como referência a Ata n.º 6 de 2 de agosto de 1966, evidenciamos que foi um ano marcado por um grande avanço do ponto de vista de recursos financeiros, da ampliação dos atendimentos e da 'recuperação' da pessoa portadora de necessidades especiais. Nesse ano, fundou-se a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, na sede da escola Antônio Francisco Lisboa. O objetivo dessa parceria era obter mais recursos para ampliar a escola, de acordo com as necessidades daquele momento histórico, político e pedagógico, já que existia uma preocupação com o futuro da escola.

Nessa época, espalhavam-se por todo o país instituições de iniciativas particulares denominadas APAE, que tiveram origem a partir do trabalho de um grupo de pais, os quais divulgavam ideais muito semelhantes aos das escolas especiais.

Parece ficar clara a importância destas associações no cenário da educação especial e de sua

atuação política, amparadas que foram, e continuam sendo, pelo forte elo que as une: a solidariedade filantrópica. (D'ANTINO, 1998, p.41)

Em Santa Maria a APAE realiza suas atividades, juntamente com a escola especial Antônio Francisco Lisboa, por um período de 22 anos, ocupando uma pequena sala. Porém, as decisões administrativas continuavam sob a coordenação de Haidée C. Zorzan. Nessa parceria, a escola e a APAE, promovem encontros e participam de várias Olimpíadas para Portadores de Deficiência. Entre outros eventos e atividades realizadas, destacamos:

Curso de Psicomotricidade, realizado de 29 a 31 de agosto de 1983.

Encontro Estadual – Excepcional: Saúde e Contexto Social, realizado de 24 a 29 de junho de 1991.

XVII Encontro das APAEs do Rio Grande do Sul, realizado de 25 a 27 de julho de 1986.

Conforme comenta o autor abaixo referenciado, sobre a Constituição do Brasil de 1969, Artigo 175, Parágrafo 4º, está evidente uma lei especial que “disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais.”(FERREIRA,1994, p.36), com base na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Nº 4024 de 1961, que diz:

No Artigo 88: “... para integrá-los à comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação”.(MAZZOTTA,1999, p.68) Nesse artigo, fica evidente que a educação especial sempre que possível deve acontecer no ensino regular, porém fica subentendida a questão da educação especial, quando isso não for possível. Ou seja, a educação especial deve ou não acontecer numa situação especial de ensino, permitindo assim uma dupla compreensão sobre esse aspecto.

No Artigo 89, a mesma lei cita que: “... há o compromisso explícito dos Poderes Públicos de dispensar “tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções” a toda iniciativa privada, relativa à educação dos excepcionais, considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação.”(MAZZOTTA, 1999,p.69).

Podemos evidenciar nesse artigo, conforme coloca o autor acima citado, que a questão da educação especial não é clara, quanto à condição de ocorrência da educação dos portadores de deficiência. Isso acarretou vários problemas de ordem política e técnica para os serviços e atendimentos educacionais na área de educação especial que, “uma vez considerados eficientes pelos Conselhos Estaduais de Educação, tornavam-se elegíveis ao tratamento especial.”(MAZZOTTA,1999, p.69)

Nesse contexto, não só os atendimentos educacionais passam por indefinições e falta de clareza na lei, mas também as escolas (regular e especial), quanto ao encaminhamento das verbas públicas. Até 1970, o Sistema de Educação tinha como base a LDB de 1961, como citamos anteriormente. Porém, no dia 14 de maio de 1969, o governo Estadual promulgou a Lei Estadual de Ensino, nº 5751, que trazia no Título X, no que se refere à “educação dos excepcionais”, com objetivo de “proporcionar ao deficiente auto-realização e preparação para a vida atual e futura.”

Depois tivemos a LDB 5692/71 que tinha como objetivo fazer a reforma no ensino de 1º e 2º graus.

Com certeza, essa lei representou um avanço em relação a Lei 4024/61, além de, um título para a Educação Especial, dando ênfase ao ensino profissionalizante.

BUENO(1994), FERREIRA(1994), JANNUZZI(1992) afirmam que a década de 70 foi de significativa importância para a Educação Especial, não só em relação à ampliação de atendimentos, mas também na questão das políticas públicas para o atendimento do portador de deficiência.

Nessa fase, surgem as “oficinas pedagógicas” como uma grande tendência da educação especial para a profissionalização do deficiente, através da preparação para o trabalho. Sobre esse assunto, o Conselho Federal de Educação se manifesta, através do Parecer nº 848/72, que evidencia as seguintes prioridades para a Educação Especial:

...o desenvolvimento de técnicas a serem empregadas nas várias formas de excepcionalidades; o preparo e o aperfeiçoamento de pessoal; a instalação e a melhoria de escolas ou seções escolares especializadas nos diversos sistemas de ensino.(FERREIRA,1994, p.37).

Para essas adaptações, conforme registros na Ata nº 12 de 12 de maio de 1971, a escola Antônio Francisco Lisboa realizou alterações no estatuto, Capítulo I – Da escola e seus fins:

No Artigo 1º: O termo “crianças portadoras de defeitos físicos” foi substituído por “crianças excepcionais”.

No Artigo 2º: “Aos alunos é ministrada instrução primária, tratamento com massagens, ginástica ortopédica e vasto serviço médico, social e pedagógico”. Foi substituído por: “Aos alunos é ministrada instrução primária, tratamento com massagens, ginástica ortopédica e vasto serviço médico, social e pedagógico”.

instrução primária, tratamento com massagens, ginástica ortopédica e vasto serviço de assistência médica, social, pedagógica, odontológica e foniátrica”.

No Artigo 3º, o texto: “A escola será mantida por uma associação de Assistência à Escola e por auxílios oficiais”. Foi alterado para: “A escola será mantida por sócios e auxílios especiais”.

Foram ainda acrescentados os Artigos 29º e 30º, com os seguintes textos:

Artigo 29º: “Não serão distribuídos lucros, dividendos, bonificações ou vantagens a seus dirigentes, diretores, associados, sócios, benfeitores, ou mantenedores, a qualquer título ou pretexto, assim como a diretoria no todo ou em parte, não será remunerada e nem será retido dinheiro para fora do país e anualmente será publicado em jornal de maior divulgação ou no Diário Oficial do Estado, a demonstração da receita e do balanço.”

Artigo 30º: “A totalidade das rendas apuradas serão aplicadas na melhoria de seus benefícios e os saldos por ventura existentes, no fim de cada exercício, serão destinados à beneficência ou a inversão patrimonial.”

Na década de 70, a escola continua recebendo uma grande demanda de alunos. Por causa dessa situação, as crianças eram dispensadas, logo após a alfabetização. Por isso, torna-se premente a preocupação em ampliar o espaço físico da escola a fim de adaptar-se às novas modalidades de atendimento. Nesse caso, ‘as oficinas’ tinham como objetivo atender um grande número de alunos, após o período de alfabetização, além das possibilidades de profissionalização.

No Rio Grande do Sul, a partir da lei nº 6616, cria-se a FAERS – Fundação Riograndense de Atendimento ao Excepcional. Essa fundação era vinculada e supervisionada pela SEC – Secretaria de Educação e Cultura, que tinha como objetivo, na época, “pesquisa, profilaxia e atendimento ao excepcional nas áreas de saúde, educação, trabalho e assistência social”, conforme FREITAS. (1998, p. 85)

Esses aspectos também passaram a fazer parte das prioridades do CENESP – Centro Nacional de Educação Especial, com a seguinte previsão: reformulação de currículos para a Educação Especial; capacitação de recursos humanos; assistência financeira às instituições privadas e aos sistemas estaduais na área de Educação Especial. Pois, o CENESP, criado em 1973, traz como novidade a inclusão do “superdotado” como uma das áreas da educação especial. Este era um órgão responsável pela Política Nacional de Educação Especial, em conjunto com a Legião Brasileira de Assistência-LBA. Além disso, tinha a incumbência de repassar recursos financeiros para as instituições particulares de educação especial.

De acordo com as modalidades de atendimento, previstas para a educação especial, a escola Antônio Francisco Lisboa inaugura, em 1973, as ‘Oficinas Pedagógicas’ e de ‘Terapia Ocupacional’. Dessa forma, ela estava buscando a sua independência e das suas oficinas em relação à profissionalização, porém esse aspecto não se concretizou, porque as oficinas, protegidas, não geravam recursos próprios, suficientes à própria sustentação. Cabe ressaltar que poucos foram os alunos que tiveram continuidade e foram inseridos no mercado de trabalho. A maioria deles ficaram, segregados, por um longo período de suas vidas, dentro da escola, onde se desenvolvia um trabalho paralelo à escola regular, já que a sociedade em geral e as famílias, em específico, assim contribuíram, conforme nos mostra a história tradicional da educação especial.

O trabalho da escola, nessa época, encontra-se num grande espaço físico e com projetos para ampliação e atualização de acordo com as modalidades de atendimentos previstas pela Educação Especial. Dois anos depois, concretizou-se a Clínica de Reabilitação com uma equipe multidisciplinar e com ‘conceito A’. Esse conceito foi estabelecido pelos órgãos que fiscalizavam e financiavam esse trabalho na escola, como a antiga LBA – Legião Brasileira de Assistência, que atualmente é denominado Conselho Nacional de Assistência Social. Conforme nos relata o entrevistado:

Em poucos meses a Lisboa virou centro de excelência, e foi a única clínica do estado que ficou no nível chamado “A” dentro dos critérios da LBA. Então durante esses 7, 8 anos que eu tive lá a coisa funcionou nesse sentido assim, de atendimentos padrão, a pessoa que tava lá dentro tinha todos os atendimentos com o mesmo nível; o problema depois começo né, depois que eu saí, afrouxou um pouco a dinâmica da coisa.(C. S.)

A década de 80 também trouxe mudanças significativas para a educação especial em Santa Maria. Foi um período que se caracterizou por uma maior abertura política, de democratização do estado e de reorganização da sociedade, marcada pela Constituição Federal de 1988. Esses aspectos contribuíram, no interior do Rio Grande do Sul, para mudanças como a reestruturação do Curso de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria, em 1981.

Em 1980, é fundada a Clínica de Reabilitação junto à escola Antônio Francisco Lisboa. Esta era composta por uma equipe multidisciplinar, trazendo à comunidade de Santa Maria uma novidade: o trabalho com hidroterapia, já que a escola havia construído uma piscina térmica para crianças. Esse foi o

momento 'áureo' da escola, pois "não faltavam alunos, nem dinheiro", conforme depoimento:

- Naquela época, eu me lembro que a situação econômica da escola e da clínica era muito boa. Embora as pessoas que entrassem aqui não ganhassem muito, mas a situação financeira da instituição era muito boa, e a Dona Haidée cuidava muito disso. Ela se preocupava muito com essa questão. E o que eu achei assim, quando eu entrei na escola; -como ela era organizada essa instituição? Por exemplo, as salas da escola, tanto da escola como da clínica, todas elas tinham móveis de acordo com as necessidades do momento. E eram móveis padronizados, por exemplo, a cor da cortina era da cor dos móveis V:... -Tudo combinando. Ela tinha um gosto e quem arrumava isso era el;, pedia pras gurias arruma, mas quem comprava, quem fazia, quem comprava os tecidos, via essas coisas era ela, e a oficina de costura é que confeccionava essas coisas V:... - Muito bem organizado, ela tinha um bom gosto muito bom pra isso.(R. M.)

A escola recebia verbas do INSS, e da LBA, por meio da Instrução Normativa nº 8 do Ministério da Previdência, órgãos com quem a escola mantinha convênio. As verbas eram liberadas de acordo com o número de crianças que a escola atendia. A instituição também contava com a cedência de professores do estado e do município.

A partir da reestruturação dos órgãos federais, em 1986, cria-se a CORDE – Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, com o objetivo de "...coordenar os assuntos, atividades e medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiências". E a SESPE – Secretaria de Educação Especial, em substituição ao CENESP.

A Constituição Brasileira(1988) começa a vigorar. Então, vale a pena destacar aqui o Artigo 205, com o seguinte texto: " a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Nesse sentido, é comprovada a responsabilidade do estado em promover uma educação para todos e de qualidade, pois a educação é essencial para o desenvolvimento do país. A partir desse momento, passa a ser vista como condição para o desenvolvimento econômico e social.

No Artigo 227, da Constituição Federal, Título VIII, da Ordem Social, está previsto:

1º- "Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos."

2º- "A lei disporá normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência."

- É importante salientar que no Artigo 208, da Constituição Brasileira de 1988, está previsto como dever do Estado: "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino(....) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo.", como também " Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um."

Em 1989, a CORDE passa a fazer parte do Ministério da Ação Social, no MEC. Nesse momento, a Educação Especial deixa de ser Secretaria e passa a ser um órgão de Coordenação da Secretaria de Educação, em mais uma das suas transformações. No Plano Federal, a Lei nº 7853 de 1989, reafirma "a oferta obrigatória e gratuita de Educação Especial em escolas públicas". Além do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que recomenda: "o direito do deficiente à saúde, à educação e a profissionalização e proteção no trabalho."(FERREIRA, 1994, p.40)

No início dos anos 90, as escolas particulares, de iniciativas privada, assim como as APAEs, passaram por uma reestruturação de idéias, estudos e práticas, dando um novo enfoque a forma de trabalho e administração. A partir de 1994, o processo de inclusão/integração da pessoa portadora de deficiência nas escolas públicas desenvolve-se com a criação do documento 'Declaração de Salamanca', que foi elaborado a partir da Declaração de Educação para Todos, na Tailândia(1990) e a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, na Espanha(1994). Sobre esse assunto, o Brasil fez a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo, conforme o Parecer n.º 17/2001 do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista princípios de uma filosofia humanista.

É relevante salientar que, nos anos 90, como consequência do desenvolvimento tecnológico e do processo de globalização, a educação passou a ser vista no cenário mundial. Nesse enfoque, a educação passa a valorizar novos padrões de qualificação, de competências e de inclusão social. Nesse cenário, está a LDB – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional(9394/96), mas percebemos ainda as consequências de uma estrutura político e pedagógica, em que foi marcante na educação especial a

questão terapêutica e assistencial, juntamente com a questão educacional.

A LDB 9394/96 traz avanços significativos para a Educação Especial, conforme descrito acima, e em relação à LDB 5692/71, dando maior ênfase às questões relacionadas à educação especial.

Em 1996, a Professora Haidée C. Zorzan veio a falecer. A escola encontra-se no início de uma nova fase, em que se concretiza muitas melhorias e mudanças em todas as áreas. A escola Antônio Francisco Lisboa inicia um período de inovação, de profissionais, de idéias, de renovação do espaço físico e administrativo, visando meios para a sua sobrevivência, para a sua autonomia e independência, com iniciativas e mudanças, do ponto de vista político, pedagógico e administrativo.

Atualmente, a escola se propõe novamente a adaptar-se às novas modalidades de atendimento em educação especial, que vem da Secretaria de Educação Especial - Brasília. Entre as novas modalidades de atendimento para o portador de deficiência destacamos: 'grupo de convivência' e o 'grupo centro dia'. A adaptação às novas modalidades de atendimento é fundamental para a manutenção, atualização e recebimento de recursos por parte da escola.

O Conselho Nacional de Educação, através da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, elaborou as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, por meio do Parecer nº17/2001, aprovado em 3 de julho de 2001, com estudos abrangentes relativos à Educação Especial considerados "referenciais para a educação especial".

Percebemos, nesse contexto, que do ponto de vista da legislação, houve avanços, preocupações e muitas mudanças, porém do ponto de vista prático, nem sempre esses avanços se concretizaram. Na maioria das vezes, a justificativa se deu em torno da falta de recursos para viabilizar as mudanças previstas em lei. Embora sabemos que a falta de consenso e clareza dos órgãos e pessoas responsáveis também permeou esse processo, que

...ao longo do tempo e, historicamente, apresentam-se como alternativa possível de atendimento educacional, destinado à clientela não elegível às modalidades de serviços oferecidos pela rede pública de ensino. (D'ANTINO, 1998, p. 12)

Assim, situamos a história da Educação Especial, principalmente nos últimos 50 anos, em que a institucionalização se deu de forma paralela às escolas regulares, com uma política pouco clara e coerente, além das contradições que evidenciamos em todas as décadas. Sabemos que, a educação geral se desenvolve, durante a sua história, como uma atividade criadora, já que leva o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, morais e intelectuais, ou seja, permite a "formação do homem para a vida", em todos os aspectos: da sensibilidade, espiritual, intelectual, moral, individual, doméstica e social, através de um processo contínuo. No entanto, a educação especial não teve o mesmo caminho. Esta se desenvolveu paralela às escolas regulares, onde em muitos momentos não teve apoio de uma política clara e coerente.

A realidade sócio educacional, contraditória e desigual do ponto de vista das oportunidades educativas, é injusta e se manifesta nas escolas do RS, gerando contradições pedagógicas desiguais para a aprendizagem das crianças e dos jovens das diversas classes sociais, pois as ações são desarticuladas entre si, são desvinculadas de um processo sócio pedagógico mais amplo, e não procuram envolver grupos e/ou setores interessados. (FREITAS, 1998 ,p. 77)

Do ponto de vista da legislação educacional "especial", cabe explicitar que a educação especial ao mesmo tempo que avançou, também teve dificuldades pelo descomprometimento e pela indefinição quanto ao atendimento educacional. Dessa forma, podemos evidenciar toda a trajetória da educação especial, analisada através da história da Escola Especial Antônio Francisco Lisboa.

Hoje, a escola oferece atendimentos para Deficientes Mentais, Deficientes Visuais e Deficientes Múltiplos, entre outros portadores de Síndrome, além de atividades complementares como música, dança, educação física e teatro.

Assim, conforme os dados investigados e citados até o momento, percebemos também uma certa contradição de informações, no que se refere aos dados históricos, o que caracteriza a forma como eram feitos os registros e a prática. Isso porque a instituição se caracterizou por dois viés, com características de uma escola pública e com características de uma escola privada. Essa dicotomia é evidente e permeia toda a trajetória política da educação especial nos decretos, na criação das secretarias e nas leis. Consequentemente, na realidade da escola.

No decorrer da sua trajetória, evidenciamos que a escola nunca alcançou a sua autonomia e independência. Teve momentos que variam de acordo com a atenção política e financeira que é dada à educação especial.

Nessas condições, no conjunto das fontes examinadas, constatamos que Haidée C. Zorzan foi a primeira "educadora especial" a sensibilizar-se com a questão da 'excepcionalidade' em Santa Maria. Ela

deu início a um grande trabalho para a educação especial e para a comunidade que se perpetua até hoje.

A Escola foi pioneira no ensino do portador de deficiência auditiva; no ensino do portador de deficiência visual; no trabalho profissionalizante em oficinas; no trabalho com hidroterapia e terapia ocupacional; ao trabalho em equipe multidisciplinar, inclusive com a implantação da Clínica de Reabilitação, com conceito "A" pela antiga LBA. Dessa forma, colaborou e ainda colabora, com relevância, num trabalho social para a comunidade de Santa Maria, além de contribuir, também, como apoio a muitas famílias que precisam desses atendimentos. Atualmente, a escola atende, aproximadamente, 300 alunos, entre a clínica e a escola. Ainda ela enfrenta dificuldades financeiras e de pessoal para expandir seus atendimentos. Hoje, a Escola Especial Antônio Francisco Lisboa, como um todo, procura a sua identidade, tentando inovar.

Em suma, conhecemos a história tradicional da educação especial e dessas instituições que se originaram de iniciativas particulares. Por essa razão, é extremamente importante esse tipo de pesquisa, já que seus resultados nos ajudam a dar conta da complexidade, que combina elementos objetivos e subjetivos, na trajetória da Educação Especial no Rio Grande do Sul. Assim, reaviva e valoriza fontes diversificadas para verificar influências que são significativas, fazendo uma releitura dos fatos, interpretando o passado para compreender os seus significados do presente. Ainda leva nos a evidenciar novos conhecimentos, novos significados e novas compreensões dessa realidade para a educação especial e para a comunidade de Santa Maria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

BUENO, J. G. S. Educação Especial Brasileira: integração e segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 1993.

BRASIL Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. UF:DF,2001.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de educação Especial. Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEESP. Brasília: Secretaria, 1994.

D'ANTINO, M. E. F. A Máscara e o Rosto da Instituição Especializada: marcas que o passado abriga e o presente esconde. São Paulo: Mennon, 1998.

FERREIRA, A . B. H. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, J. R. A Exclusão da Diferença. São Paulo: Unicamp, 1994.

FREITAS, S. N. A Formação do Professor de Educação Especial na Universidade Federal de Santa Maria, 1998.232f.Tese(Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998.

FIALHO, E. ^a Una Escuela Ilamada "Earl Carlson". Documento Manuscrito. Porto Alegre, 1990(18 pgs)

JANNUZZI, G. A Luta pela Educação do DM no Brasil. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1999.

PITTA, I. e DANESE, M. Retratando a Educação Especial em Porto Alegre. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

PESSOTTI, I. Deficiência Mental: Da Superstição a Ciência. São Paulo: Queros, 1984.

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2002 - Nº 20 > Editorial > Índice > Resumo > **Artigo**